

OLIVEIRA MARTINS E A ARTE DE ESCREVER A HISTÓRIA*

Paulo Franchetti

Numas *Notas sobre a historiografia em Portugal*, que vieram publicadas em adenda à *História...*, Oliveira Martins apresenta um rápido panorama da historiografia da nação, desde os livros de linhagem até a contemporaneidade.

Em certo ponto, ao tratar do período imediatamente anterior ao que escrevia, refere-se a Alexandre Herculano da seguinte forma: “não só se propunha a restaurar a erudição, como a fundar a história propriamente dita — arte científica e literária que se podia dizer esquecida entre nós desde o XVI século”. Nesta passagem, Oliveira Martins sintetiza muito claramente a constituição da atividade historiográfica, como era entendida por Herculano na segunda metade do século passado. Valendo-se das ciências auxiliares (a *erudição*), o historiador era um homem com ofício preciso (a história era uma *arte*, um *métier*), qual fosse o de desenvolver um determinado campo do saber (a *ciência* histórica), que se realizava num discurso com validade literária.¹

É evidente que o termo “literário” não recobre aqui a categoria do ficcional, mas sim as qualidades textuais do que então se chamava também de simplesmente “prosa”: correção, clareza, proporção, propriedade, disposição dos argumentos, etc. Mas é claro que nessa qualidade literária entram igualmente categorias judicativas que são comuns à obra ficcional: coerência, verossimilhança, cadência, sugestão, sonoridade, etc. Num escritor como Herculano, que além de restaurador da historiografia é tido como o introdutor da novela histórica em Portugal, os campos fatalmente exigem delimitação e descrição. Em 1840, ainda antes, portanto, de iniciar a obra novelística e de construir a parte mais substancial de seu trabalho histórico, o problema já se impunha ao próprio Herculano, que escrevia:

(*) Texto apresentado no Congresso de Literatura e História, realizado na Unicamp, em 26/9/1994.

Novela ou história — qual destas duas coisas é mais verdadeira? Nenhuma, se o afirmarmos absolutamente de qualquer delas. Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crônicas desenharem esse caráter com pincel firme, o noveleiro podese mais verídico do que o historiador: porque está mais habituado a recompor o que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo do povo que passa. [... a novela] é a história íntima dos homens que não são; [... a história] é a novela do passado.²

Não podemos agora analisar esse trecho detidamente. Registremos apenas que Herculano apresenta aqui a obra histórica como condição para a “verdade” da obra literária. Seu texto pressupõe uma relação de dependência entre as duas. A possível superioridade da novela só se dá se preenchida a condição essencial de subordinação ao conhecimento objetivo. Os campos, assim, não se sobrepõem, mas se complementam. Respeitada a verdade histórica, isto é, objetiva, a novela permite recriar a dinâmica do passado por meio do reconhecimento do “gênio” do povo e da sua atualização no quadro traçado pelo conhecimento histórico. Quer dizer: o romancista pode ser mais verídico do que o historiador porque, à verdade do conhecimento objetivo de uma época, acrescenta uma outra verdade, íntima, que só é apreensível subjetivamente e, em princípio, não passível de formalização. O ficcionista é, portanto, o que apreende o *volksgeist* e o projeta contra o pano de fundo dado pela historiografia objetiva.

A concepção romântica da ficção histórica e o rígido cientificismo que embasam a atitude e o discurso historiográfico de Herculano não escaparam à análise crítica de Oliveira Martins. No mesmo texto que vimos comentando, depois de desenvolver o justo elogio da obra histórica de Herculano, o autor de *Portugal nos Mares* escreve: “Os seus modelos não eram porém já os clássicos antigos, e o novo historiador inspirava-se principalmente nos modernos tipos do gênero, publicados neste século na Alemanha, na Inglaterra e na França. “Ora, na pena de Martins, cujo modelo de discurso histórico era a obra de Plutarco, essa constatação tinha um inequívoco tom de discordância e de reprovação. Isso se evidencia no desenvolvimento imediato do texto, que apresenta as consequências de tal escolha metodológica: “a história afigurava-se então como a ciência das instituições, ou uma espécie de nomologia; e ao lado da história formava-se um gênero híbrido e falso, o *romance histórico*, em que é para lamentar o tempo e o talento desperdiçados a compor verdadeiros *pastiches*. O valor dessas obras, a que ficaram ligados os nomes de Herculano e Garrett [...], valor escasso ou nulo como obras poéticas, é apenas o da história dos costumes, trajos, etc., do *pitoresco* da História, traduzidos pelos autores com maior ou menor saber e fidelidade.”

Creio que não se deu ainda a devida atenção a esta passagem de Oliveira Martins, em que aparece tão clara a sua dissensão com Herculano e sua recusa ao gênero em que ele mesmo estudara com o *Febo Moniz*. Nem às razões que fundamentam essa recusa. Para entendê-la, comecemos pela conceituação de novela histórica nesse primeiro trabalho martiniano.

No prefácio datado de 1866, aprendemos que Martins ainda acreditava na utilidade da novela: ela permitia “simbolizar, não só no pensamento geral, como no andamento e desenlace do enredo, o caráter dominante de uma época; fazer-lhe sobressair as suas máculas e a sua glória, as suas sombras e a sua luz”. Ou seja, tinha um caráter mais sensível que a história, e por isso era mais didática, de maiores consequências na tarefa de aperfeiçoamento da sociedade: o romance histórico devia ser “a expressão ideal da ciência histórica, a vivificação de uma época, cujas tendências, cujos usos e constituição social ela estudou e descobriu”.³

O ponto mais interessante desse pequeno texto é o que nos esclarece sobre a forma pela qual a novela adquiriria esse caráter mais sensível. Segundo Martins, lidando basicamente com dois tipos de personagens, os “verdadeiros” e os “de fantasia”, cumpria à novela simplesmente incorporar os primeiros, sem modificar-lhes os traços com que vinham na história. Aos segundos — os “de fantasia” —, por outro lado, cumpria atribuir “formas, feições e cores do tempo, fazendo representar neles os diversos grupos, as diversas crenças, em que a sociedade possa estar dividida.”⁴ Portanto, a novela histórica justificava-se pela utilização da fantasia para simbolizar, para concretizar nas personagens criadas pelo autor, as tendências e forças sociais que a história identificara de um modo mais abstrato e científico.

Ora, poucos anos depois encontramos as mesmas caracterizações aplicadas não mais à novela, mas ao próprio texto histórico. Desde o trabalho sobre *Os Lusíadas*, em 1872, o método de Oliveira Martins já se delineia muito claramente: os personagens históricos eles mesmos representam as forças em ação num dado momento; no âmbito dos “personagens verdadeiros” pode-se descobrir os símbolos necessários à compreensão e fixação da realidade passada; não é preciso utilizar a fantasia, mas a *intuição*: “A arte do historiador consiste em definir as influências e as relações, as causas e os efeitos; e o seu gênio descobre as tendências, por uma feliz aliança do raciocínio e da intuição.”⁵ Compreende-se assim que na concepção de Oliveira Martins só existisse lugar para um tipo de reconstrução do passado: a história, que ele entendeu sempre como a “ressurreição” de outro tempo por meio de uma *narrativa*.

Contrariamente ao que sucede em Herculano, portanto, para Martins os campos recobertos pelo chamado romance histórico e pela história não são diferentes. Nem os objetivos dos dois tipos de discurso. Dessa perspectiva, a novela histórica fica realmente sem lugar, é por completo supérflua, e o que ela traz de diferente do discurso propriamente histórico, isto é, o pitoresco das cenas e situações e os “personagens de fantasia”, representa não um acréscimo, mas uma perda de verdade. Para Martins, a história não era apenas uma ciência complexa. Era também e principalmente um “gênero literário”.⁶ Daí que a novela histórica lhe aparecesse, na maturidade, como pastiche e como texto híbrido. Sem valor de verdade, reduzia-se a uma mistura estéril do gênero romance com o gênero história, que nem tinha a atualidade analítica do primeiro (lembremo-nos que Martins era um adepto do “realismo” no

romance), nem “a base de um saber solidamente minucioso, de um conhecimento exato e erudito dos fatos e condições reais”.⁷

Concentremo-nos agora, no tempo de que ainda dispomos, na questão da *intuição* como qualidade do historiador. Como se atualiza essa potencialidade do escritor da história, que estatuto tem ela na obra martiniana? Em primeiro lugar, devemos registrar que não se trata daquela capacidade de interação extasiada e mais ou menos irracional com o objeto, que encontramos tematizada nos textos de um dos mestres de Martins, Jules Michelet.⁸ Tampouco se trata de uma apreensão íntima do *volksgeist*, nos moldes românticos, e seu rastreamento através dos vários sucessos temporais.

A *intuição* martiniana, se a entendo bem, é uma forma de percepção estética, uma apreensão seletiva dos dados morais de uma configuração histórica de modo a permitir a construção de um símbolo (ou símbolos) das forças em jogo nessa determinada configuração. Seu papel fundamental na epistemologia de Oliveira Martins decorre das bases em que assenta a sua concepção da história. Como tentei demonstrar em outra ocasião, há dois pilares sobre os quais se ergue o edifício do pensamento histórico de Martins.⁹ De um lado, a idéia de que a história é o discurso de maior abrangência, pois engloba praticamente a totalidade das séries causais existentes na realidade. Se isso faz da história a mais completa das atividades intelectuais humanas, torna-a também a disciplina científica em que existe menor predizibilidade e maior dificuldade em remontar diretamente a uma causa simples a partir de uma determinada constatação. De outro lado, a idéia de que os caracteres históricos são, mais do que agentes da vontade social, o princípio mesmo de inteligibilidade da história — não porque encarnem valores morais abstratos ou representem classes ou estratos sociais, mas porque é do seu destino que se pode concluir quais eram realmente as forças atuantes num dado momento e qual a série histórica em que cada um evoluía.

A primeira idéia provém, é claro, de Cournot, cuja presença central no pensamento martiniano não parece ter sido ainda completamente mapeada. Dessa mesma fonte decorre o papel determinante atribuído ao fortuito, ao choque ou intersecção casual de duas ou várias séries causais.¹⁰ A segunda, de várias fontes tradicionais e, em certa medida, da leitura juvenil de Hegel em traduções francesas. O que faz a originalidade de Martins é a forma como as conjuga, de modo a realçar o papel do imponderável, do fortuito no devir da história. Dividindo os caracteres fortes — os heróis, digamos — em dois tipos, os triunfantes e os fracassados, todos os perfis psicológicos e todos os exames biográficos lhe interessam, pois em todos pode ler os motivos morais ao mesmo tempo que as coordenadas mais amplas do movimento social. Esse é o seu método, que ele mesmo chamou de “sintético ou artístico” e que julgava ser apenas uma continuidade do método dos grandes mestres do passado, como Plutarco.

Nesse método, claro está, a *intuição* desempenha um papel importante. É ela que permite a identificação do conjunto de personalidades marcantes, principalmente a dos heróis fracassados, espécie de gigantes de energia moral que tentaram arrostar de frente o organismo social. É ela ainda que permite a Martins hierarquizar

os documentos disponíveis para a construção daquela “história verdadeira” ou “história íntima”, que acreditava ser a única reconstrução possível do passado.¹¹ É ela, finalmente, que age na identificação dos “motivos morais” que dominam a história e que “parecem verdadeiros ou falsos conforme as eras e os lugares”.¹²

Antônio José Saraiva, no seu último trabalho sobre Oliveira Martins, chamou a essa história assim construída “uma obra de introspecção”. E o resultado do método artístico ou sintético foi, nesse quase testamento que é *A tertúlia ocidental*, avaliado da seguinte forma:

Ele entendeu que a realidade se processa de dentro para fora, da semente para a flor, ao passo que os historiadores comuns, julgando-se cientistas, procedem de fora para dentro, como é habitual na análise científica, mas afastando-se cada vez mais daquilo que pretendem explicar. [...] É por isso que, em comparação com esta *História de Portugal*, as outras, à sua luz, nos aparecem como sombras imperfeitas.¹³

Da oposição entre o seu processo e o processo puramente “científico”, Oliveira Martins tinha plena consciência:

“(...) o método sintético ou artístico, e também o processo biográfico inerente, são além disso o único meio de conseguir aquela verdade que os escritores críticos em vão pretendiam atingir com a análise dos textos e diplomas, e com o estudo aturado das instituições, das classes e de todos os elementos sociais coletivamente obscuros. Erravam por dois modos: em primeiro lugar, considerando essencial o acessório; em segundo, porque, acreditando na verdade absoluta, mediam todas as idades por um metro igual, não sentindo o palpitar vário dos tempos.”¹⁴

Embora os verbos estejam aí no imperfeito, é bem claro para Oliveira Martins, no ano de 1891, quando escreve esse texto, que quem estava ficando relegado ao passado era o seu método, a sua forma de conceber e, sobretudo, de escrever a história. Como ele mesmo então notava: “É minha idéia que a arte de escrever história está atravessando um período de transformação”. Estava, sem dúvida. E de tal maneira que desde há uns setenta anos o seu texto foi assumindo cada vez mais um caráter tão híbrido para as novas gerações, quanto o que ele mesmo via no romance histórico. Mas felizmente o período de transformação parece ter continuado o bastante para que, transcorrido um século inteiro, o seu velho e clássico método voltasse a receber, naquele texto comovente de Saraiva, o reconhecimento da grandeza historiográfica e da fecundidade literária que desde há uns tantos anos lhe vinha sendo negado.

Notas

1. Ver, a propósito, o belo trabalho de Paulo Archer de Carvalho, *Herculano: da história do poder ao poder da história*. In: *Revista de História das Idéias* — vol. 14. Coimbra, Instituto de História e Teoria das Idéias, 1992, de onde tomamos a paráfrase analítica da frase martiniana.

2. Herculano. *Opúsculos IV*, texto: “A Velhice” (1840), p. 192. Apud Paulo Archer de Carvalho. *Herculano...*, cit., p.517.
3. *Phebus Moniz*. Lisboa, Empresa Lusitana Editora, 1867, p. xiii.
4. Oliveira Martins. *Phebus Moniz*. cit., p.xii.
5. *Da natureza e do lugar das ciências sociais*: “Reproduzido in: O. Martins. *Literatura e filosofia*. Lisboa, Guimarães & Cia., Ed., 1955, p.338.
6. Cf. *Advertência a Os Filhos de D. João I*, texto de 1891: “Nas vidas de Plutarco, temos ainda hoje, parece-me, um dos modelos deste gênero literário: já porque assim o grego entendia a história; já porque fazia, como deve ser, da análise psicológica e do exame biográfico o núcleo do estudo e observação dos tempos.” In: *Os Filhos...* Lisboa, Guimarães Editores, 1993, p.8.
7. *Advertência*, cit., p.9. O parágrafo de onde foi extraída a citação é o seguinte: “E há-de [a história], por outro lado, assentar sobre a base de um saber solidamente minucioso, de um conhecimento exato e erudito dos fatos e condições reais, sob pena de, em vez de se escrever história, inventarem-se romances.”
8. De fato, em nenhuma parte da obra do historiador português nos deparamos com algo semelhante à comunhão do francês com a energia que se evolava dos manuscritos empoeirados, ou à súbita compreensão do significado da história da França propiciada por uma tempestuosa noite gelada no inverno de 1853. Quero dizer, em Martins intuição não é o nome de alguma espécie de percepção irracional, de *insight*. Em toda a sua obra, não há nada que se assemelhe à passagem em que Michelet se maravilha de ter conseguido narrar como narrara a queda da Bastilha, tão tomado estava de uma espécie de transe narrativo, que as idéias e as emoções se iam encadeando de uma forma inspirada e quase fora do controle da razão.
9. Cf. o texto *Anotações sobre a história de Portugal segundo Oliveira Martins*. In: *Revista Estudos Portugueses e Africanos*, nº 17, IEL/UNICAMP, 1991, pp.77-93. Trata-se, sem dúvida, de um texto ainda bastante verde, que representa as primeiras incursões na seara martiniana, mas que já traz elementos para essa discussão. A análise do pensamento histórico de Martins foi retomada e bastante desenvolvida num ensaio mais longo, atualmente em vias de publicação.
10. Esse é mais um ponto de dissensão entre Martins e Herculano, que não teremos tempo entretanto de discutir nesta comunicação. À propósito, registremos apenas que Herculano, numa carta a Martins, escreve: “No mundo real não há senão causas e efeitos. Fortuito é um adjetivo inventado para consolar a vaidade humana de ignorar a cada passo a genealogia dos fatos e dos acontecimentos.” Carta de 25 de dezembro de 1872, repr. in: Herculano, *À Cartas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, tomo I, s/d. Na sequência do texto, Herculano discute exatamente o caso do inverno russo de 1812, dado por Martins como exemplo do fortuito histórico. À propósito desta passagem, escreve Vitorino de Magalhães Godinho: “ele não via, como viu um Oliveira Martins, que o encontro de duas séries deterministas é que não é determinado, porque dependem de sistemas e referências diferentes.” (*Alexandre Herculano*. In: *Ciclo de Conferência*, p.75 — apud Paulo Archer de Carvalho. *Herculano: da história do poder ao poder da história*. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Idéias, 1992, vol. 14, p. 508).
11. O conceito de “história íntima” aparece de modo bastante claro no texto de resposta aos críticos da primeira edição da *História de Portugal* que usualmente vem incluído nas várias edições da obra.
12. C. *Advertência*, cit., pp.8-9. Não podemos aqui, no espaço de uma comunicação, desenvolver muito a análise dos textos. Devemos ressaltar, entretanto, essa postulação da relatividade dos valores morais, essa busca de perceber — como dirá mais adiante — o “palpitar vário dos tempos”. Dessa consciência de que é relativa e mutável a verdade das crenças e o sentido das ações humanas provém uma característica muito notável da narrativa histórica martiniana, que é sua capacidade de estudar um mesmo fato sob pontos de vista bastante diferenciados, conforme o ponto de vista pelo qual o encare nos vários momentos da sua narração.
13. A.J. Saraiva. *A tertúlia ocidental*. Lisboa, Gradiva, 1990, p.111. Do mesmo ponto de vista, escreveu Saraiva na p.122: “Os três grandes livros sobre Portugal são *Os Lusíadas* de Luís de Camões; a *História de Portugal* de Oliveira Martins e *Mensagem* de Fernando Pessoa.”
14. *Advertência*. cit, p.8.